Comunidade de Prática sobre Transferências de Renda na África

POLICY BRIEF 01

Maio 2016

Ampliação de programas de transferência de renda: Boas práticas e lições aprendidas com o Quênia, Tanzânia e Zâmbia[1]

Ana Beatriz Monteiro Costa, Mario Gyoeri e Fábio Veras Soares, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)[1]

Os programas sociais de transferência de renda são iniciativas importantes e promissoras na promoção do desenvolvimento sustentável e do crescimento inclusivo nos países em desenvolvimento. No entanto, muitos desses programas operam em pequena escala, com cobertura limitada de beneficiários. São necessárias estratégias de expansão, adaptação e manutenção de iniciativas bem-sucedidas – programas-pilotos ou de pequena escala no processo contínuo de desenvolvimento e redução da pobreza. Este *Policy Research Brief* faz uma revisão da literatura relativa à expansão de programas de transferência de renda e examina as boas práticas e as lições aprendidas com o processo em três países africanos: Quênia, Tanzânia e Zâmbia.

Ampliar os programas sociais de transferência de renda significa expandir as iniciativas de sucesso para inclusão de um número maior de beneficiários. No entanto, várias dimensões dos programas costumam ser ampliadas ao mesmo tempo: a ampliação quantitativa (aumento do número de beneficiários cadastrados) normalmente acompanha uma expansão da escala funcional (expansão de programas para diferentes setores ou para uma área funcional mais ampla), da escala espacial (aumento da cobertura geográfica) e, possivelmente, também da escala intertemporal (melhora da duração, continuidade e sustentabilidade).

Ampliação de Programas de Transferência de Renda: teoria e literatura acadêmica

Cooley e Kohl (2006) desenvolveram um arcabouço composto por três etapas para orientar a implementação da ampliação de políticas e programas de desenvolvimento em geral. O modelo desses autores será usado como estrutura teórica na discussão mais prática da segunda parte deste *Policy Brief*. O processo proposto por eles consiste em:

- planejamento estratégico e desenvolvimento de um plano de expansão;
- criação das condições necessárias para a implementação do plano de expansão; e
- aspectos operacionais – a implementação do plano de ampliação.
- No primeiro passo desse projeto, a ênfase é dada na necessidade de planejamento estratégico e no desenvolvimento de um plano de expansão antes do início do processo de ampliação. A fase-piloto é essencial – é nessa etapa que novas ideias, estratégias e soluções podem ser testadas. Além disso, a fase-piloto pode ajudar a testar a viabilidade, o tamanho ideal e os elementos de sucesso do projeto.
- Nos contextos em que se inviabiliza a implementação de uma fase-piloto, é ainda mais importante elaborar-se um plano de ampliação eficaz e abrangente. Ele deve incluir um prazo razoável para a expansão, com detalhamento de uma abordagem de ampliação gradual; atribuir funções e responsabilidades claras às diversas partes interessadas; e abordar a visão do programa, as evidências que subsidiam a expansão e sua viabilidade (incluindo o impacto e a relação de custo-eficácia do modelo, bem como a demanda da população pelo programa), as ações propostas no plano de ampliação e, por fim, o orçamento e os recursos necessários para apoiar o processo de ampliação e operações futuras.[2]

O segundo passo no processo de ampliação é criar as condições para a implementação do plano de expansão e do processo de ampliação em si. Segundo Hartmann e Linn (2008), sete espaços são necessários – e, portanto, devem ser criados ou adaptados – para promover um processo de ampliação sem turbulências. São eles: (*i*) *o espaço fiscal/financeiro*; (*ii*) *o espaço político*, que é o apoio necessário da liderança política e dos atores relevantes, bem como a formação de uma base de apoio; (*iii*) *o espaço de políticas*, que inclui os arcabouços legal e regulatório que apoiam o programa e sua expansão; (*iv*) *o espaço organizacional*, composto pelas capacidades

Esta publicação é parte do projeto apoiado pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID): "Brasil & África: combatendo a pobreza e empoderando as mulheres por meio da Cooperação Sul-Sul".

institucionais e humanas essenciais ao processo de ampliação; (*v*) *o espaço cultural*, que trata de eventuais obstáculos culturais decorrentes de diferenças de valores e padrões de interação social em comunidades e países multiculturais; (*vi*) *o espaço de parcerias*, que é a necessidade de mobilização e apoio dos parceiros internos e externos; e (*vii*) *o espaço de aprendizagem*, que inclui as capacidades de aprender e adaptar, bem como a necessidade de formação e troca de conhecimentos.

Além disso, com base na experiência dos membros da Comunidade de Prática (CoP) da África sobre Programas de Transferência de Renda e da equipe de facilitação da CoP, pode-se esperar uma série de desafios relacionados à fase de ampliação de um programa de transferência de renda. O conhecimento desses desafios desde o início pode contribuir para um processo de expansão sem turbulências.

- Focalização: um grande desafio para qualquer processo de ampliação é chegar até o público-alvo com uma taxa relativamente baixa de erros de inclusão e exclusão e em um período curto de tempo. Um cadastro preexistente de potenciais beneficiários pode ser um importante ponto de partida na identificação da população-alvo da ampliação. Se não existir um cadastro, talvez possam ser usadas abordagens de focalização com alto nível de envolvimento da comunidade para identificar, tempestivamente, os potenciais beneficiários da transferência.

- Criação de um mecanismo de pagamento: trata-se de um segundo desafio que pode ser capaz de realizar pagamentos para um número maior de beneficiários de forma confiável, segura e transparente. Nesse contexto, um pré-requisito importante é um sistema de monitoramento e informação para calcular, monitorar e autorizar pagamentos para todos os beneficiários do programa.

- Sustentabilidade: uma última questão que deve, em situação ideal, ser resolvida antes do início da ampliação é como o programa será sustentado em médio e longo prazo em, pelo menos, quatro dimensões. Primeiro, o espaço fiscal: como garantir que o país poderá comprometer uma determinada parcela de seu Produto Interno Bruto (PIB) com um programa ampliado de transferência de renda, sem interrupções? Vale ressaltar que, na América Latina, a ampliação da escala das transferências de renda foi financiada por uma média de apenas 0,5 por cento do PIB. Segundo, a perspectiva operacional (ver o ponto anterior). Terceiro, a perspectiva institucional: como fortalecer os arranjos institucionais, principalmente quando parte considerável da implementação depende de arranjos e comunidades locais? Por último, como garantir a sustentabilidade do apoio político (e das políticas) ao programa?

O terceiro e último passo do processo de ampliação é o aspecto operacional – em outras palavras, a execução do plano de ampliação de escala. Esse passo inclui a transferência e a adaptação do modelo na prática e os mecanismos de responsabilização e coordenação geral, bem como o monitoramento e a avaliação do progresso e do desempenho do programa. Esse último item é fundamental para promover a supervisão pública e possibilitar modificações no programa, caso sejam necessárias. Esses três passos do processo de ampliação são resumidos e estruturados conforme o "processo de ampliação de escala composto por três passos/dez tarefas" proposto por Cooley e Kohl (2006) e apresentado na Quadro 1.

QUADRO 1
Processo de Gestão e Planejamento Sistemático da Ampliação

Passo 1: Desenvolver um Plano de Ampliação de Escala

Tarefa 1 – Criar uma visão
- Modelo de ampliação de escala; métodos; dimensões e papéis organizacionais

Tarefa 2 – Avaliar a escalabilidade
- Viabilidade do modelo e análise dos contextos organizacional e social

Tarefa 3 – Preencher as lacunas de informação

Tarefa 4 – Preparar um Plano de Ampliação de Escala

Passo 2: Estabelecer as Pré-Condições de Ampliação

Tarefa 5 – Legitimar a mudança

Tarefa 6 – Formar uma base de apoio

Tarefa 7 – Realinhar e Mobilizar Recursos

Passo 3: Implementar o Processo de Ampliação de Escala

Tarefa 8 – Modificar as estruturas organizacionais

Tarefa 9 – Coordenar as ações

Tarefa10 – Acompanhar o desempenho e manter a dinâmica.

Fonte: Cooley e Kohl (2006).

Ampliação de programas de transferência de renda: estudos de caso de países

Além do aspecto teórico do processo de ampliação de escala, observar e aprender com as experiências de outros países é importante não só para replicar os elementos de sucesso, mas também para evitar erros e armadilhas semelhantes durante o processo de ampliação. Esse documento apresenta os estudos de caso de três países africanos que vêm ampliando seus programas de transferência de renda com êxito nos últimos anos.

Quênia

O Quênia está ampliando seus quatro programas principais de transferência de renda – a Transferência de Renda para Crianças Órfãs e Vulneráveis (CT-OVC, *Cash Transfer to Orphans and Vulnerable Children*); o Programa de Transferência de Renda para Pessoas Idosas (OPCT, *Older Persons Cash Transfer Programme*); o Programa de Transferência de Renda para Pessoas com Deficiências Graves (PWSDCT, *Cash Transfer Programme to Persons with Severe Disabilities*); e o Programa Rede de Segurança contra

a Fome (HSNP, *Hunger Safety Net Programme*). O objetivo é buscar criar uma rede de segurança social, o Programa Nacional de Rede de Segurança Social (NSNP, *National Social Safety Net Programme*). A cobertura dos quatro programas aumentou de cerca de 302.500 famílias beneficiárias em 2012/2013 para 575.500 em 2015 (MWASIAJI, 2015; MLEAA 2016). O CT-OVC, OPCT e o PWSDCT são voltados para famílias pobres em que, pelo menos, uma pessoa se enquadre nas categorias cobertas por cada programa (órfãos e crianças vulneráveis, idosos e pessoas com deficiências graves); o HSNP utiliza apenas critérios relacionados à pobreza. Para melhorar o bem-estar dos beneficiários e facilitar seu acesso aos serviços, as famílias recebem uma transferência de renda entre KES 2,000 e KES 2,550 por mês (aproximadamente, USD 20 - 25).[3]

Segundo Mwasiaji (2015), Coordenadora Nacional da Secretaria de Proteção Social do Quênia (MLSSS), os principais fatores que contribuíram para a expansão desses três programas foram: o alto nível de pobreza e vulnerabilidade no país, o arcabouço legal (o artigo 43 da Constituição do Quênia atribui ao governo a obrigação "de fornecer seguridade social adequada às pessoas incapazes de sustentar a si e seus dependentes") e, finalmente, os resultados positivos da avaliação de impacto do programa CT-OVC. Essa avaliação de impacto indicou que famílias beneficiárias tinham aumentado seus níveis de consumo, |gastos com alimentação e diversidade nutricional em comparação a famílias semelhantes não cadastradas no programa. Além disso, a taxa de pobreza entre as famílias participantes permaneceu 13 pontos percentuais abaixo do nível das famílias de comparação (OPM, 2010).[4]

Em relação às lições aprendidas, Mwasiaji (2015) ressalta que, em 2013/2014 – quando o CT-OVC, OPCT e o PWSDCT foram ampliados – não havia qualquer plano de expansão em vigor. Esse fato gerou muitos desafios durante a implementação do processo de ampliação de escala que vêm sendo tratados desde então. Mwasiaji (2015) argumenta que os programas recém-ampliados sofriam de má focalização, falta de recursos de infraestrutura e de capacidade humana e gargalos fiscais/financeiros que causavam atrasos na liberação de recursos. O governo conseguiu progredir na resolução desses desafios nos anos seguintes, como ilustra MLEAA (2016).

Os pontos a seguir ilustram as realizações mais expressivas desse processo:

- Em 2014, o Governo adotou um plano de ampliação de escala para nortear a expansão do NSNP até 2017.

- Um dos primeiros resultados desse plano de ampliação foi a melhoria dos mecanismos de focalização de todos os programas (combinando, principalmente, métodos com base na comunidade com teste indireto de verificação de elegibilidade): estudos recentes sobre o desempenho da focalização dos programas revelam que quase 90 por cento dos beneficiários atuais atendem aos critérios de focalização, embora partes da população elegível ainda permaneçam excluídas.

- Um passo importante nesse sentido foi a criação de um cadastro único para todos os quatro programas da NSNP no início de 2015, possibilitando a coordenação efetiva de todos os quatro programas. O intuito é impedir as famílias de participarem de vários programas ao mesmo tempo.

- Os atrasos nos pagamentos estão sendo corrigidos por meio de uma reforma dos mecanismos de pagamento do país, que agora são operados por um novo prestador de serviços: os pagamentos são processados de forma completamente eletrônica; os beneficiários podem retirar seus pagamentos usando um método de identificação de dois fatores: Número de Identificação Pessoal (PIN) e uma carteira de identidade nacional e/ou impressão digital biométrica.[5]

- Além disso, os mecanismos de apresentação de queixas e reclamações foram, em grande parte, padronizados em todos os quatro programas do NSNP. Também estabeleceu-se um arcabouço de monitoramento comum com uma série de indicadores de monitoramento.

Nesse sentido, a experiência do Quênia ilustra como um processo de ampliação de escala pode servir tanto para aumentar o número de beneficiários do programa quanto para coordenar vários programas de transferência de renda, resolvendo gargalos e aumentando a coerência entre os programas para criar um verdadeiro piso de proteção social a médio prazo.

Tanzânia

O Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF, *Tanzania's Social Action Fund*) vem implementando a Rede de Segurança Social Produtiva (PSSN, *Productive Social Safety Net*), ampliada entre 2013 e 2015. O Fundo começou com um total de 275.000 famílias beneficiárias, em 2013, e expandiu rapidamente até chegar a 1,1 milhão de famílias – aproximadamente 6 milhões de pessoas – extremamente pobres em 2015. O PSSN é um regime de proteção social concebido na sequência de uma série de políticas e estratégias bem-sucedidas de redução da pobreza – principalmente o TASAF I e o TASAF II.[6]
O objetivo do PSSN é possibilitar um aumento de renda e mais oportunidades para os pobres e, ao mesmo tempo, melhorar o consumo. O projeto, ao focalizar as famílias pobres e vulneráveis, incorpora dois elementos: (*i*) uma transferência de renda ampliada (que inclui a transferência de renda básica e incondicional para todas as familiares pobres e vulneráveis e uma transferência condicionada de renda adicional para as famílias com mulheres gestantes e crianças); e (*ii*) um programa de obras públicas, atualmente em fase-piloto, no qual os membros de famílias pobres e vulneráveis capazes de realizar atividades físicas são remunerados pelos dias trabalhados.

Em 2013, o Governo da Tanzânia decidiu ampliar a cobertura do PSSN para, aproximadamente, 15 por cento da população classificada como extremamente pobre, aumentando o número de famílias beneficiárias de 275.000 em 2013 para cerca de 1,1 milhão em 2015. A expansão das dimensões quantitativas e espaciais foi concebida como parte dos esforços da Tanzânia para atingir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 1: reduzir pela metade a parcela de pessoas que vivem com menos de USD 1,25 por dia. Apesar do bom desempenho econômico, alguns dos principais indicadores sociais – como as taxas de pobreza e vulnerabilidade, o nanismo, a mortalidade infantil e materna e a expectativa de vida – já se encontravam em níveis muito elevados antes da ampliação, conforme destaca Salazar (2013). Nesse contexto, o Governo conseguiu financiamento suficiente para a ampliação da escala, principalmente, por meio do crédito

de USD 220 milhões do Banco Mundial (com a possibilidade de financiamento adicional na ordem de USD 200 milhões) e da vinculação dos próprios recursos governamentais, bem como do apoio de vários parceiros de desenvolvimento, como o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido, a Cooperação Sueca de Desenvolvimento Internacional (SIDA), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Para realizar essa expansão tão exitosa, o governo adotou ajustes operacionais, estabeleceu um cadastro de beneficiários sólido e unificado, planejou avaliações de impacto do projeto e montou equipes para capacitar as equipes de PSSN dos governos municipais em todos os aspectos do programa, como a segmentação, o cadastro e a conformidade.

Os formuladores de políticas da Tanzânia extraíram diversas lições da experiência de ampliação da PSSN. Essas lições têm sido fundamentais para ajustar e aprimorar o modelo de implementação. Uma lição importante é que Comitês de Gestão da Comunidade (*Community Management Committees* – CMCs) podem desempenhar um papel crucial na operacionalização do programa e garantir incentivos adequados na medida que mais componentes do programa são introduzidos. Outra lição relativa à eficácia da ampliação é a necessidade de integrar-se a PSSN em estruturas do governo local. Espera-se que o fortalecimento do papel do TASAF e da colaboração com os governos municipais para preencher as lacunas do lado da oferta (decorrentes do aumento da procura induzido pela PSSN) facilite as expansões futuras do programa. A experiência da Tanzânia mostra que objetivos de desenvolvimento como os ODM podem fazer uma grande diferença e facilitar a captação de recursos internacionais para a expansão dos programas de transferência de renda.

Zâmbia

A experiência da Zâmbia com o programa de Transferência Social de Renda (PTS) é muito informativa, visto que o programa foi ampliado gradualmente – a partir de um piloto com 159 famílias beneficiárias, em 2003, para um programa nacional com 185.000 famílias no fim de 2015. Embora a expansão tenha sido bastante lenta e gradual entre 2003 e 2013, quando o programa chegou a 61.000 famílias, houve uma expansão rápida e massiva (entre 2013 e 2015), mais do que triplicando o número de famílias beneficiárias.

De acordo com Michelo (2015), o programa começou como um "experimento" sobre a conveniência e a viabilidade de intervenções de transferência de renda no país. Com o objetivo de reduzir a fome e a transmissão intergeracional da pobreza, a primeira modalidade de transferência de renda social foi lançada, em 2003, como uma iniciativa-piloto voltada para 159 famílias com restrições de trabalho em Kalomo, um dos distritos do país. Ao longo dos anos, as transferências de renda têm sido ampliadas gradualmente por meio da expansão para outros distritos e da incorporação e teste de modelos diferentes (principalmente em relação ao método de focalização). Algumas dessas mudanças graduais são descritas a seguir.

- Primeiro, a expansão gradual das transferências de renda na fase experimental, entre 2003 e 2010, serviu para testar diferentes métodos de focalização e examinar a implementação de transferências de renda em contextos distintos. As transferências de renda foram implementadas em oito distritos no início de 2010, cobrindo cerca de 24.000 famílias.
- O governo continuou o processo de ampliação de escala em 2010 por meio da criação, em três distritos, do Bolsa Criança – um benefício incondicional voltado para as famílias com crianças de menos de cinco anos de idade – bem como um Benefício de Categorias Múltiplas voltado, principalmente, para crianças órfãs e vulneráveis. Em 2013, o programa de Transferência Social de Renda (PTS) já cobria 61.000 famílias em 19 distritos por meio de quatro modelos distintos de focalização, dependendo da intervenção (restrições de trabalho, idosos, crianças, categorias múltiplas).

A partir de 2014, com a decisão do governo de aumentar o financiamento do programa em 800 por cento (de cerca de USD 3,5 milhões para USD 30 milhões), houve uma ampliação rápida e massiva do programa. Durante um período de seis meses em 2014, a escala do programa ampliou-se rapidamente de 19 para 50 distritos, e o número de beneficiários passou de 61.000 para 145.000 famílias. Posteriormente, o programa foi novamente ampliado para cobrir 185.000 famílias até o fim de 2015. A expectativa é de que o programa chegue a 242 mil famílias (cerca de 8 por cento da população) até o fim de 2016. Além disso, o Governo da Zâmbia pretende abarcar todos os 103 distritos até 2018 (MCDMCH, 2014).

Michelo (2015) descreve quatro forças por trás dessa expansão: (*i*) os altos níveis de pobreza no país – mais especificamente, 42 por cento da população em pobreza extrema; (*ii*) o número considerável de famílias com restrições de trabalho e dependentes de apoio externo para sobreviver; (*iii*) os resultados positivos da avaliação de impacto do PTS;[7] e (*iv*) a experiência acumulada durante os 10 anos de operação do PTS no país. Essas quatro razões, juntamente com uma agenda explícita de reformas em favor dos pobres defendida pelo governo à época, legitimaram o processo de aumento de escala, que visava ampliar a cobertura geográfica e o número de beneficiários do programa e implementar um modelo harmonizado de focalização (baseado em famílias com restrições de trabalho).[8]

O governo tomou algumas decisões estratégicas para evitar possíveis falhas no processo de ampliação, visto que o fracasso poderia gerar enormes consequências adversas. Primeiro, os parceiros internacionais de desenvolvimento passaram a ter um papel de capacitação do Ministério do Desenvolvimento Comunitário e Saúde Materno-Infantil – o órgão do governo responsável pelo programa (MCDMCH, 2014). Segundo, houve a contratação de funcionários adicionais para dar apoio à ampliação. Terceiro, professores foram recrutados como enumeradores para melhorar a qualidade da captura de dados. Quarto, foi introduzido um teste indireto de verificação de elegibilidade com elementos de focalização fundamentada na comunidade para aumentar a qualidade da focalização e excluir as famílias mais abastadas.[9] Finalmente, equipes multidisciplinares foram formadas para realizar visitas de indução a distritos que haviam recentemente iniciado a execução do programa, com o intuito de facilitar o processo. De modo geral, o sucesso da ampliação da escala do PTS

na Zâmbia deveu-se ao cenário institucional, principalmente em termos de visão, política e plano estratégico.

Conclusão

Visto que as transferências vêm tendo sucesso na redução da pobreza e na promoção do crescimento inclusivo, a transição de pequenas iniciativas para programas de grande escala é um tema de grande preocupação para os governos, políticos e doadores. Embora o processo de ampliação varie de acordo com o contexto social, político e cultural de cada país e com as características do programa em si (o tipo, o tamanho original e a focalização), a análise demonstrou que há uma série de fatores que podem facilitar o processo de ampliação e proporcionar condições favoráveis de implementação:

- As experiências do Quênia e da Zâmbia demonstram como vontade política e um espaço político favorável podem sustentar o processo de ampliação da escala de um programa de transferência de renda. O apoio das lideranças políticas e de diversas partes interessadas é vital para o processo de expansão.

- O arcabouço legal também pode fomentar e orientar o processo de ampliação, principalmente se concede direitos relativos à segurança/proteção social a pessoas pobres e vulneráveis da população (ver a experiência do Quênia).

- Compromissos internacionais como os ODMs – ou, agora, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) – podem representar grande motivação para a expansão dos programas de transferência de renda e desempenhar um papel importante na alavancagem de recursos internacionais destinados à ampliação (ver a experiência da Tanzânia).

- As evidências acadêmicas sobre a eficácia dos programas de transferência de renda, documentadas por meio de rigorosas avaliações de impacto (ver as experiências do Quênia e da Zâmbia), podem ajudar a angariar apoio político para a ampliação.

Além desses fatores que ajudam a legitimar o processo de expansão, algumas lições importantes podem ser extraídas das experiências de outros países com a expansão dos respectivos programas de transferência de renda. Algumas delas são mostradas a seguir.

- Um plano de ampliação detalhado, incluindo o planejamento fiscal e orçamentário, é crucial para uma ampliação de sucesso (Quênia). Caso contrário, os programas ampliados podem sofrer com problemas de implementação e podem não conseguir atingir o nível de eficácia necessário para a consecução de seus objetivos (pelo menos nos primeiros meses após a ampliação). Também é relevante destacar que o processo de discussão e negociação que precede o plano de ampliação de escala pode ser fundamental para gerar o apoio político necessário para a ampliação.

- O Fortalecimento de capacidades nos âmbitos nacional, regional e local é essencial para evitar gargalos durante a fase de implementação (Zâmbia).

- Os Mecanismos de resolução de reclamações e envolvimento da comunidade (por exemplo, CMCs) podem ser fundamentais para detectar os problemas de implementação associados à rápida ampliação (Quênia e na Tanzânia).

- A consideração prévia de possíveis ameaças e sua prevenção/remediação opõem-se por meio de medidas ativas pode ajudar a garantir o sucesso de uma ampliação (Zâmbia).

- O aumento da escala pode ser uma oportunidade para melhorar a coordenação e a coerência dos programas de transferência de renda e, dessa forma, estabelecer uma ampla rede de segurança social em médio prazo (Quênia).

De modo geral, a ampliação das iniciativas não pode ser vista como um processo que serve a todos os propósitos. No entanto, pode ser útil para os governos e outras partes interessadas aprender com as boas práticas de outros países, bem como os desafios que podem vir a surgir durante o processo de ampliação para prevenir os gargalos e garantir a expansão exitosa do programa.

---

1. Gostaríamos de agradecer a Manuel Salazar (Banco Mundial), à equipe local do Banco Mundial no Quênia, Luis Corral (UNICEF), Beatrice Targa (UNICEF), Paul Quarles Van Ufford (UNICEF), Winnie Mwasiaji (Secretaria de Proteção Social, Ministério do Trabalho e de Assuntos do Leste da África do Quênia) e Rafael Osório (IPC-IG), pelos valiosos comentários em uma versão anterior deste artigo. Quaisquer erros remanescentes são de responsabilidade dos respectivos autores.

2. Para mais detalhes, ver Hartmann e Linn (2008).

3. Os beneficiários do CT-OVC, OPCT e PWSDCT recebem KES 2,000 por mês; os beneficiários do HSNP recebem KES 2,550. Ver MLEAA (2016), para mais informações.

4. O relatório completo da avaliação de impacto está disponível em: <http://www.unicef.org/evaluation/files/OPM_CT-OVC_evaluation_report_july2010-final_Kenya_2010-019.pdf>.

5. Para mais detalhes, ver Mwasiaji (2016).

6. O PSSN é o primeiro componente do Fundo de Ação Social da Tanzânia III (TASAF III). Os outros componentes do projeto incluem: melhoria das condições de vida e aumento da renda; desenvolvimento focalizado da infraestrutura; e capacitação (TASAF, 2016).

7. A avaliação de impacto foi realizada entre 2010 e 2012 e analisou os impactos do Programa Bolsa Criança (PBC) sobre as famílias beneficiárias. O estudo concluiu que o PBC teve uma influência direta sobre as estratégias de subsistência das famílias pobres e também ajudou as famílias a ampliar suas atividades e ativos produtivos. Além disso, o programa tinha o potencial de gerar grandes multiplicadores de renda e aumentar a flexibilidade de alocação do trabalho, principalmente para as mulheres (DAIDONE et al., 2015).

8. A partir de 2013, Programa de Transferência Social passou a operar com quatro modelos diferentes de focalização (restrição de trabalho, pensão universal para idosos, Bolsa Criança e diversos modelos categóricos). Para harmonizar o processo de focalização, realizou-se uma avaliação para identificar o modelo de focalização mais adequado. Essa avaliação indicou que o modelo de restrição de trabalho apresentava o índice mais alto de correlação com a pobreza. Assim, como parte do processo de ampliação, o PTS passou a focalizar as famílias extremamente pobres com restrições de trabalho (BEAZLEY; CARRARO, 2013).

9. O processo de focalização inclui quatro fases: identificação, enumeração, estimativa de bem-estar e validação da comunidade. Visto que inclui elementos tanto de focalização com base na comunidade e do teste indireto de verificação de elegibilidade, o tipo de segmentação pode ser definido como uma mistura dos dois métodos (MCDMCH, 2014).

Referências:

BEAZLEY, R.; CARRARO, L. *Assessment of the Zambia Social Protection Expansion Programme Targeting Mechanisms*. Oxford: Oxford Policy Management, 2013. Disponível em: <http://www.opml.co.uk/sites/default/files/Assessment%20of%20the%20Zambia%20Social%20Protection%20Programme%20Targeting_Final%20Report.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

COOLEY, L.; KOHL, R. *Scaling up – from vision to large-scale change:* a management framework for practitioners. Washington, D. C.: Management Systems International, 2006.

DAIDONE, S. et al. Productive Impact of the Child Grant Programme in Zambia. *One Pager n. 275*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2015. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.ipcundp.org/pub/eng/OP275_Productive_Impacts_of_the_Child_Grant_Programme_in_Zambia.pdf>.

GARCIA, M.; MOORE, C. M. T. *The cash dividend:* the rise of cash transfer programs in sub-Saharan Africa. Washington, D. C.: World Bank Publications, 2012.

HARTMANN, A.; LINN, J. F. Scaling Up: A framework and lessons for development effectiveness from literature and practice. *Working Paper n. 5*. Washington, D. C.: Wolfensohn Center for Development, 2008.

KAMAGENGE, A. Scaling-up of Tanzania's Productive Social Safety Net. Unpublished IPC-IG One Pager.

MINISTRY OF COMMUNITY DEVELOPMENT, MOTHER AND CHILD HEALTH (MCDMCH). *Social Cash Transfer (SCT) Programme*. Lusaka: MCDMCH, 2014. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.mcdmch.gov.zm/sites/default/files/downloads/Social%20Cash%20Transfer%20Fact%20sheets.pdf>.

MICHELO, S. Social Cash Transfer Scale-up for Zambia. *One Pager n. 287*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth 2015. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/eng/OP287_Social_Cash_Transfer_Scale_Up_for_Zambia.pdf>.

MINISTRY OF LABOUR AND EAST AFRICAN AFFAIRS (MLEAA). Towards a more effective social safety net for Kenya. *Progress Report, February 2016*. Nairobi: MLEAA, 2016.

MORENO-DODSON, B. (Ed.). *Reducing Poverty on a Global Scale* – Learning and Innovating for Development: Findings from the Shanghai Global Learning Initiative, Case Studies. Washington, D. C.: World Bank, 2005.

MWASIAJI, W. Intensificação dos Programas de Transferência de Renda no Quênia. *One Pager n. 286*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2015. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/eng/OP286_Scaling_up_Cash_Transfer_Programmes_in_Kenya.pdf>.

_____. Strengthening the Cash Transfer Payment Systems in Kenya. *One Pager n. 315*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publication/27858>.

OXFORD POLICY MANAGEMENT (OPM). Cash Transfer Programme for Orphans and Vulnerable Children (CT-OVC) Kenya – Operational and Impact Evaluation, 2007-2009. *Final Report*. Oxford: OPM, 2010. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.unicef.org/evaluation/files/OPM_CT-OVC_evaluation_report_july2010-final_Kenya_2010-019.pdf>.

SALAZAR, M. *Tanzania – Building a Productive Social Safety Net*. Washington, D. C.: World Bank, 2013. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Event/safetynets/3.%20Salazar_TZ-PSSN.pdf>.

TASAF. *Productive Social Safety Net (PSSN) Project Description*. Tanzania Social Action Fund website, 2016. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.tasaf.org/index.php/about-us/organization/pssn-project-description>.

UNICEF. *Social Protection in Tanzania:* Establishing a national system through consolidation, coordination and reform of existing measures. New York: UNICEF, 2014. Acesso em: 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.unicef.org/tanzania/Fact_sheet.pdf>.

UVIN, P. Fighting Hunger at the Grassroots: Paths to Scaling Up. *World Development* 23(6), p. 927-939, 1995.

Esta série de publicações é apoiada pela Equipe de Facilitação da Comunidade de Prática (CoP) sobre Transferências de Renda na África, por meio de recursos do Rapid Social Response Multi-Donor Trust Fund (Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos de Pronta Resposta Social) e do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido. As opiniões expressas neste brief são do(s) autor(es) e não refletem, necessariamente, as dos doadores ou da equipe de facilitação da CoP.

THE WORLD BANK
IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP

unicef

Department for International Development

RAPID SOCIAL RESPONSE

policy international centre for inclusive growth

UNDP
Empowered lives. Resilient nations.

International Policy Centre for Inclusive Growth – United Nations Development Programme
SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar – 70076-900, Brasília, DF - Brazil E-mail: ipc@ipc-undp.org ▪ URL: www.ipc-undp.org